

18.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas

04.10.2023

PAOD

Declaração de Voto Moção

A água é um bem essencial à vida.

A acessibilidade à água e recursos hídricos em geral, são de há muito, tema de discussão em grandes fóruns internacionais na área da geopolítica.

Muitos cientistas e especialistas afirmaram que o acesso a este recurso escasso poderia vir a estar na origem de futuros conflitos de escala planetária.

Não por acaso a Constituição da República Portuguesa de 1976 fez questão de salientar e passar a letra de lei fundamental o acesso público à água.

Uma Constituição progressista não poderia ter feito outra coisa e o mesmo foi plasmado na Lei de Delimitação dos Sectores.

Porém, desde 1984, sucessivas alterações a essa lei, tentam abrir o caminho para a privatização de diversos sectores estratégicos, que em nosso entender devem permanecer na esfera pública.

Olhamos sem qualquer ingenuidade para os caminhos que o PS tenta agora trilhar, promovendo a concentração de serviços de distribuição e águas residuais em baixa, retirando os mesmos da esfera municipal.

Feita a experiência da tentativa caso a caso, que aqui em Odivelas foi derrotada, há que puxar pela cabeça na criação de um novo caminho que conduza ao mesmo objetivo: a privatização.

As desastrosas experiências do caso a caso, município a município, fizeram pôr de parte um tal caminho, de que Mafra se assumiu como exemplo paradigmaticamente corrosivo.

Contudo, outros caminhos se percorrem agora para chegar ao mesmo fim.

O que se pretende numa primeira fase é estraçalhar a proximidade das populações, abafar os protestos dos trabalhadores e arredar as reações negativas dos eleitos locais, acenando-se com a permanência na esfera pública.

Removidos esses obstáculos, tudo será mais fácil!

Temos muitas vezes falado aqui de toda uma teia de leis e normativos, e temos questionado o seu carácter eminentemente classista, ou seja, ao serviço de um processo contínuo, mas não casual, de concentração do capital.

São processos complexos, propositadamente complexos, que naturalmente escapam à compreensão de uma parte significativa de pessoas.

A repercussão de taxas sobre os consumidores finais (TMDT e TOS) ajudam a compreender.



É, pois, num contexto amplo que devemos questionar o caminho que se está a seguir.

Por exemplo, qual a razão por que os serviços em baixa não têm acesso a fundos europeus e qual a razão pela qual o Governo não contestou esse normativo?

Mas, voltemos ao sector das águas.

Segundo dados da ERSAR de 2016,- o volume de negócios na área do abastecimento ascendia aos 1087 milhões de euros.

Na área das residuais era de 721 Milhões de euros

Quanto às perspetivas de rendimento obtinham-se no abastecimento cerca de 1 233 M€ e nas Residuais cerca de 867 M €.

No total cerca de 2 100 milhões de euros!

Um volume de negócios certamente muito apetecível, sobretudo quando se herda, sem contrapartidas, um investimento acumulado em infraestruturas de mais de 13 200 M€ (dados da ERSAR de 2015).

Julgo não errar muito ao afirmar que se a EPAL ficar com a distribuição nos Concelhos de Loures e Odivelas herdará um investimento acumulado, feito pelos municípios, de muito mais de 400 M€.

É caso para demandar as contrapartidas.

Por ser um exemplo a reter permitam que finalize com a EGF, uma empresa que como bem sabem foi privatizada para um consórcio da Suma/Mota Engil. Esta última alienou o seu capital a um consórcio espanhol ligado à Platinum Equity, empresa que atua mundialmente na área dos resíduos sólidos e que tem um volume de negócios de cerca de 47 000 M €.

Curiosamente a Autoridade da Concorrência não se opôs a esta concentração do capital.

Demos uma olhadela para as taxas de resíduos sólidos, por tonelada, lançadas pelo governo, repercutidas nas faturas aos consumidores e que logo lançam o odioso da questão sobre os municípios.

TGR 2007 – 2 €

2023 – 25 €

2025 – (previsão) – 35 €

Olhemos agora para os preços pagos por deposição de tonelada de resíduos:

2019 – 20,48 €

2023 – 60,50 €

A ERSAR já avalisou o valor de 77,04 € para 2024.

Este é o resultado da privatização da EGF.

Que sirva de exemplo para o que agora estivemos a debater.



Pelos motivos anteriores o nosso voto favorável à moção.

Pedia para que as intervenções e as declarações de voto ficassem registadas em ata.

Odivelas, 04 de Outubro de 2023

O Vereador da CDU



Paulo Ferreira